

MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO: a pobre alternativa pobre

José FAGUNDES*
Olinda Maria NORONHA*

Hoje, o alternativo virou moda no Brasil. Fala-se em projeto político alternativo, partidos alternativos, agricultura alternativa, consumo alternativo, INPC alternativo, educação alternativa, pobreza alternativa e assim por diante. Enfim, tudo é alternativo. E o alternativo torna-se panacéia, como se possuísse "ex vi" as soluções mais adequadas. Embora signifique o outro, o diferente, o novo, nem sempre o alternativo representa um avanço, podendo mesmo se configurar como um retrocesso.

Tendo em vista os limites deste espaço, pretendemos privilegiar a questão da educação alternativa, substanciada na proposta de municipalização do ensino de 1º e 2º graus. A idéia de municipalização do ensino vem sendo veiculada em cima de dois pressupostos: o da descentralização e o da participação comunitária.

Dentro dessa perspectiva podemos perceber que hoje, em diferentes instâncias sociais, está sendo reeditado um discurso descentralizador no sentido de recuperar a vocação comunitária da cultura que dá prioridade à localidade, à região, reforçando o aspecto associativo e participativo como alternativa de se auto-reproduzirem. Está-se falando muito em retomada da perspectiva ruralista e regionalista como estratégia de mudança, recuperação do "local" como critério de cultura, e da participação comunitária como instrumento de desenvolvimento. A face descentralizadora do Estado se faz presente como uma vantagem para as "comunidades" que seriam contempladas em suas características regionais e locais, materializando o princípio da "democracia" tão em moda atualmente. Esta face se desdobra tanto para a educação, quanto para a agricultura, saúde, etc.

* Professores Adjuntos do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa.

No que se refere à educação, essa intenção já vem expressa no art. 71 da Lei 5.692/71, quando propõe aos municípios que assumam a responsabilidade pelo ensino de 1º grau, tanto a nível pedagógico quanto em termos de recursos. Também o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto 1980-85 dá total ênfase ao "esforço de planejamento descentralizado, na tentativa de recuperar a influência das bases tanto na linha de criação e condução dos programas quanto na linha de controle e de avaliação feitos igualmente com a sua participação. Eliminação do centralismo burocrático e planejamento educacional participativo. Em termos de estratégias, concebe-se a transferência gradativa da capacidade decisória para a esfera municipal em virtude dos diferentes estágios de desenvolvimento em que se encontram os municípios, buscando empreender um estilo de desenvolvimento econômico auto-sustentado, respeitando a identidade cultural, a capacidade criativa das regiões e os traços culturais do povo brasileiro.

Como se vê, as propostas de municipalização não são recentes. No entanto, somente por volta de 1983, com o "fim do Governo militar", é que ressurge com mais força a questão da recomposição do município como "locus" prioritário de decisões e de criações de recursos próprios para se auto-sustentarem, bem como de políticas de promoção do desenvolvimento comunitário. O fato dessas propostas serem recolocadas agora pode ser atribuído em parte à existência atual de um clima político favorável, que dá sustentação ao projeto de municipalização e, ao mesmo tempo, apresenta-se como algo sedutor, principalmente para alguns setores da sociedade, deslumbrados com a participação das massas, com a criação de projetos alternativos, independentes da gestão pública.

A desobrigação do Estado de garantir a satisfação das necessidades básicas da população encontra hoje grande respaldo naqueles adeptos da iniciativa espontânea das "comunidades", que defendem a preservação do "natural" e colocam o pequeno como ponto de partida e critério do desenvolvimento. Convém salientar ainda a atitude do Estado em se apropriar de serviços e de experiências construídas através da iniciativa de grupos ou "comunidades", institucionalizando-os e administrando-os, quando estes já estão funcionando.

Nesse processo de centralização-descentralização percebe-se, por um lado, uma inversão do papel do Estado em relação à educação: de mantenedor ele passa a educador, descentralizando o ônus e centralizando as decisões e a direção do processo educacional. Por outro lado, a descentralização – sob o pretexto de dar suporte e de respeitar as diferenças e as particularidades culturais – esteriliza a possibilidade de, através do acesso a conteúdos universais, compreender os mecanismos pelos quais a própria particularidade cultural é produzida.

O outro pilar - juntamente com a descentralização – sobre o qual se assenta a proposta de municipalização é a "comunidade". É interessante observar que o apelo à idéia de comunidade funciona como lenitivo em épocas de penúria, de impasses e de ameaça à sobrevivência do grupo, ou como ação supletiva face a problemas que o Estado não pode ou simplesmente não está interessado em resolver.

Ocorre que mesmo os entusiastas do comunitarismo não se dão conta da enrascada em que se enveredam ao propugnar a comunidade como o local privilegiado para se resolver os problemas sociais. A organização interna da comunidade, assim com as relações com a totalidade são, na maioria dos casos, ambíguas e equivocadas. Internamente, a comunidade não passa de um emaranhado de mal-entendidos e de pressupostos ideológicos, na medida em que busca uma unidade orgânica sobre e apesar das desigualdades sociais de seus membros. Essa falta de clareza sobre a estrutura da comunidade torna-a uma presa fácil de ser manipulada. Muitos empreendimentos e ações, feitos em nome da comunidade, são, de fato, revertidos em benefícios dos interesses do Estado, pautado na ideologia liberal.

Concluindo, diríamos que a idéia de municipalização do ensino assenta-se numa descentralização (que isenta o Estado de seus compromissos) e num comunitarismo miúdo e equivocado. Neste culto ao comunitário e respeito às particularidades não estaria havendo uma ênfase na socialização da pobreza do ensino miúdo, em prejuízo de uma perspectiva de socialização da riqueza e do saber historicamente acumulados?